



Intermédio

Seminário

## FEMINISMO

Feminismo em Portugal tem sido uma palavra quase insultuosa. Ainda hoje continuam a existir pessoas, mulheres quase sempre, que se sentem na obrigação de explicar, cada vez que, por qualquer razão, falam de mulheres de uma forma positiva, que não são feministas, ou, as menos amedrontadas, que não são daquelas radicais que queimam soutiens. Voltarei ao tema dos soutiens mais tarde. Por mais ridículo que pareça é, em Portugal, muito pouco realista falar de feminismo sem referir o assunto mais célebre e comentado em relação ao feminismo.

A palavra feminismo apareceu em 1910 e segundo parece que foi inventada pela imprensa. De facto as primeiras feministas de 1840, saídas da Convenção de Seneca Falls nos Estados Unidos só se vieram a chamar assim em retrospectiva. Falava-se nessa altura de movimentos de mulheres, direitos de mulheres ou da promoção ou emancipação da mulher..

Este primeiro movimento, reivindicado hoje como a primeira vaga de feminismo, nasceu nos Estados Unidos a partir do movimento anti-esclavagista. As várias mulheres envolvidas no trabalho e campanhas deste movimento, e excluídas das assembleias sempre que se tomavam decisões e impedidas mesmo de usar a palavra, fizeram uma convenção separada da qual saiu uma declaração sobre os direitos das mulheres.

Ao falar deste primeiro movimento, na história que reivindicamos das lutas das mulheres pela cidadania e liberdade, seria injusta em não mencionar que desde sempre, em todas as épocas históricas, houve mulheres que lutaram, não por si individualmente, mas pelos direitos de todas as outras mulheres. Esquecer aqui as mulheres da Revolução Francesa, que organizadas em clubes tentaram conseguir para si a liberdade que tinham ajudado a conquistar, seria esquecer a história e cultura europeia que é a nossa. O nome de Olympe de Gouges, que primeiro escreveu uma *Déclaration des Droits de Femmes*, merece fazer parte da nossa memória colectiva. Ou o de Mary Woolstonecraft que na Inglaterra do século XVIII se atreve a escrever "The vindication of the rights of women", pelo que pagou toda a vida, seria uma afronta. Ou a nossa Rainha D. Leonor que escolhe para um dos primeiros livros a ser impressos em Portugal o "Espelho de Cristina" de Cristine Pisan, defendendo já os direitos das suas companheiras de sexo, no século XVI.

Mas voltemos ao feminismo. Distinguem-se regra geral três vagas de feminismo, nascidas quase sempre em países de cultura anglo-saxónica, e seguidos depois no resto do mundo.

A primeira de 1840-1860, a segunda de 1900-1920 e a terceira, a partir do fim da década de sessenta. A académica Alice Rossi, que faz esta cronologia, considera haver uma espécie de dialéctica inter-geracional, pois cada movimento é separado por duas gerações. Como que, depois de cada movimento existisse um período de reacção, ou de pausa, em relação a alguns direitos já conquistados.

De facto nos primórdios do feminismo as exigências prendem-se com os ideais do iluminismo, aqui aplicados às

mulheres: ainda não se fala abertamente de direitos políticos, mas de educação, direito a uma profissão digna, direitos dentro do casamento, direitos de posse e administração dos próprios bens, aquilo que nós hoje consideramos direitos humanos.

Em 1933 no dicionário de Oxford aparece a primeira definição de feminismo: "opiniões e princípios que defendem o reconhecimento das realizações e reivindicações das mulheres; defesa dos direitos das mulheres". Estamos já perante uma ideologia, dado que começa a surgir um quadro coerente de abordagens da realidade. Note-se que nesta definição nos aparece o reconhecimento das realizações das mulheres, um conceito de valoração do feminino e da história das mulheres que nem sempre tem sido referido em relação ao feminismo mesmo em definições mais modernas.

A segunda vaga de feminismo, já no século XX, que teve ramificações em Portugal, concentrou-se, mais no estrangeiro do que no nosso próprio país, à volta dos direitos políticos das mulheres.

De facto, não tendo sido abandonadas nenhuma das reivindicações anteriores, a grande mobilização e energia do movimento internacional concentra-se na conquista do direito ao voto. É nesta altura que o movimento sofre as maiores repressões: mulheres são presas, chegam a morrer. As manifestações são reprimidas, a imprensa ataca ferozmente o movimento feminista: as sufragistas são pintadas para o mundo como uma espécie de viragos, mulheres homens, ou que querem sê-lo, feias, com enormes pés e bigodes. Foi com este retrato que eu cresci, bem como a minha geração.

Mas o movimento sufragista, que se bate pelos direitos cívicos da mulher numa perspectiva individualista, extravasa

o movimento feminista propriamente dito. Pode-se dizer que todas as feministas eram sufragistas, mas nem todas as sufragistas eram feministas. Um pouco à imagem do feminismo liberal de hoje, tratava-se de conseguir um direito para as mulheres, mas sem considerar a questão da solidariedade social nem se propor uma modificação real da distribuição do poder na sociedade.

Em Portugal um grupo de mulheres ligadas pela ideia da república e funda a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Tal como na revolução francesa, tal como as muitas mulheres que ao longo da história lutaram ao lado dos homens pela liberdade, as mulheres portuguesas apoiam a república na esperança de também elas conquistarem os seus direitos de cidadania.

Chegada a República, embora melhorada a lei da família, as mulheres portuguesas vêem ser-lhes negado o direito ao voto. Paradoxalmente é Salazar que lho vem a conceder, ainda que parcial, sujeito a condições de estado e educação, em 1931, Ao mesmo tempo que é concedido o direito ao voto, a ditadura Salazarista proíbe também qualquer associação de mulheres de cariz feminista – o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, é extinto. Durante muitos anos só uma mulher se afirma feminista em Portugal - Elina Guimarães.

Nos anos que se seguem à Segunda Guerra Mundial assistimos ao retrocesso dos direitos e do estatuto das mulheres em todo o mundo. O cinema dos anos cinquenta, os anos dourados de Hollywood com que toda uma geração conviveu no mundo ocidental, mostravam imagens de mulher restringidas dois tipos: a esposa fiel, fada do lar, ou a mulher vampiro, a vamp, destruidora de homens. Havia, claro, a loura pateta, como ainda hoje. Era preciso convencer as mulheres,

que durante a última guerra tinham saído de casa, trabalhado em todas as profissões e mostrado capacidades muito para além daquilo que a burguesia triunfante do século anterior lhes tinha atribuído, era preciso convencê-las a regressar a casa, convencê-las de que a sua felicidade e o seu destino residia na sua dedicação ao marido, aos filhos, e que o seu mundo acabava na porta de casa.

A exceção é Simone de Beauvoir, que com o seu livro “O Segundo Sexo” abala, e escandaliza a sua geração. Mas as suas ideias vingaram. “As mulheres não nascem, fazem-se.”

É este mundo que é contestado na década de sessenta, e contestado por mulheres que mais uma vez falam em nome da liberdade. Os Women Liberation Movement, Women's Lib, saídos também dos movimentos de contestação juvenis dos vários países, organizam-se em pequenos grupos de consciencialização cuja primeira preocupação se revela numa frase repetida vezes sem conta - "o pessoal é político, o político é pessoal".

Tratam de fazer uma reavaliação do que é ser mulher, libertar-se de imagens e estereótipos, procurar definir para si próprias o que desejam, e procurando formas de controlar a sua própria vida. Aprender a escolher - mesmo o direito à contraceção e ao aborto é sempre posto desta forma - a women's right to choose. E, embora nunca houvesse um único movimento de libertação das mulheres, mas sempre pequenos grupos não hierárquicos, todos se juntam naquilo que foi a grande reivindicação dos anos setenta - o direito à contraceção e ao aborto.

As diferenças entre esta terceira vaga e a segunda é óbvia logo na forma como se auto-intitulavam os movimentos - se uma era um movimento pelos direitos das mulheres, os

movimentos do fim da década de sessenta intitulavam-se de libertação das mulheres.

É nesta altura surgem os grandes paradoxos dos movimentos de libertação:

- lutando pela igualdade dos sexos, defendem e dão ênfase às diferenças

- querendo assegurar com grande ênfase as liberdades individuais, esforçam-se por criar uma nova solidariedade entre mulheres, baseada naquilo que têm em comum, a opressão por serem mulheres.

- pretendem criar unidade entre as mulheres, mas não querem apagar a diversidade que imediatamente surge entre os grupos do movimento. De facto, asseguram no seu discurso que a divisão entre os sexos e as relações de dominância e poder dos homens sobre as mulheres atravessam classes, raças e idades.

Existem quase desde os primeiros dias do movimento de libertação duas correntes principais que se distinguem pelo diferente ênfase que dão à questão da igualdade e da diferença.

Em França, grupos como as Sorcières ou as Psychet-po dão a maior ênfase à diferença, à valorização da feminilidade; nos Estados Unidos, autoras como Shulamith Firestone ou TI-Grace Atkinson defendem o caminho para a androginia.

Ao mesmo tempo a interacção entre os vários grupos feministas e as principais correntes políticas aparecem - surgem as feministas socialistas, as feministas liberais e o feminismo radical.

Os grupos e os movimentos vão-se especializando - dedicam-se a estudos da sexualidade, formam-se movimentos internacionais pelos direitos sexuais e reprodutivos, movimentos contra a violência, a prostituição, a pornografia. Nas universidades americanas surgem já os women's studies ou feminist studies, gender studies, conforme a ideologia de base das fundadoras.

Em Portugal até Abril de 74 não há grupos feministas. Mantém-se sempre activa e sozinha Felina Guimarães.

Mas três mulheres, três Marias, escrevem um livro em que denunciam não só o regime e a guerra colonial, mas também a situação de opressão e quase escravatura em que vivem muitas mulheres portuguesas. *As Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, são apreendidas pelo regime como livro obsceno e as suas autoras levadas a tribunal. O caso é conhecido no estrangeiro e um enorme movimento de solidariedade surge entre as feministas de todo o mundo que apoiam as autoras, protestam junto das Embaixadas portuguesas, escrevem ao Governo português.

O 25 de Abril modifica as audiências do tribunal, cada vez mais pessoas, e entre estas muitas mulheres, vem apoiar as acusadas e estas são absolvidas. Isabel Barreno e Teresa Horta fazem um apelo através dos jornais, e no dia seguinte reúne-se o primeiro grupo que se quis chamar Movimento de Libertação das Mulheres e ser feminista.

Este grupo é imediatamente assediado pela imprensa. A única notícia saída em Jornais portugueses até então sobre os movimentos de libertação tinha contado que nos Estados

Unidos se queimaram soutiens. E desde que as feministas surgiram em Portugal foi esta a imagem que se lhes colou.

As reivindicações destas feministas portuguesas dos anos setenta eram brandas: um novo código de família com direitos e deveres iguais para os dois conges, um salário igual para trabalho igual, acesso livre a todas as carreiras e postos profissionais, direito ao aborto e contracepção, combate da violência contra as mulheres em todas as suas formas.

Este grupo que se intitula MLM reproduz um pouco à portuguesa os movimentos de outros países: reúne-se em pequenos grupos, procura através da partilha de experiências pessoais estabelecer um campo de encontro e procurar uma teoria explicativa da situação das mulheres em geral.

Chamo-lhe à portuguesa porque de uma forma mais desorganizada, e naqueles anos de maravilhosa efervescência em Portugal, os grupos tinham comportamento de bombeiros: tão depressa atendiam pedidos de ajuda de mulheres espancadas, como apoiavam mulheres em fábricas ocupadas, como tentavam junto do Ministro da Justiça a rápida revisão das leis que lhes retiravam direitos, como faziam em bairros e locais de trabalho sessões de esclarecimento e informação sobre contracepção e aborto.

A recepção destes grupos foi de imediato paradoxal - por um lado a imprensa tenta apanhar frases e actuações sensacionalistas, por outro lado os partidos da esquerda dominante insultavam estas mulheres de separatistas, abortadeiras, burguesas reaccionárias... e mais não digo que lhes pode parecer mal.

Deu-se então a manifestação do Parque Eduardo VII, quase o único facto que ficou na memória colectiva. Não como aquilo



que foi - uma tentativa de conquistar um espaço público considerado até então pouco próprio para mulheres "sozinhas", denunciando a discriminação e opressão que as mulheres sofriam até então, e inaugurando ao mesmo tempo o ano dedicado pelas Nações Unidas às mulheres de todo o mundo, 1975, mas como um local onde se queimaram soutiens.

Eu estive lá e sei que nem um fósforo se poderia acender no meio daquele mar de homens gritando protestos e palavras de ordem tipo "mulheres só em casa a cozinhar" e "mulheres só na cama". Sei também que nunca houvera qualquer intenção de se queimar roupa interior, fosse ela qual fosse.

Num estudo recente feito por Ivone Olim e Trindade, com recolha de todos os artigos que saíram na imprensa e televisão da altura sobre o assunto, não é dito em nenhum artigo crónica ou notícia que se tenha alguma vez queimado soutiens.

Eu própria tentei perceber o que se passara nos Estados Unidos para que a história dos soutiens se tivesse tornado tão importante para o feminismo internacional - de facto, os testemunhos das mulheres que estiveram na primeira manifestação do movimento americano (contra a eleição de Miss América), são todos concordantes em que nunca se queimaram soutiens. Os livros de história feitos posteriormente por académicas americanas afirma o mesmo. É um mito tão forte que para algumas pessoas se tornou realidade - ouvi já quem afirmasse que vira queimar soutiens em Portugal. Eu não percebo, mas penso que este é um fenómeno bem interessante para investigadores de ciências sociais.

A esta agitação toda foi-se sucedendo uma relativa calma - em muitos países o direito à contracepção e interrupção de gravidez foi conseguido, as leis foram-se modificando. Com a Década das Mulheres decretada pelas Nações Unidas, muitas feministas entraram para instituições criadas para tratar destes problemas. Eu chamo a este o feminismo institucional, que tem tido uma importância imensa na modificação de políticas e leis igualitárias, bem como na consagração de alguns direitos.

Mas outros feminismos se têm afirmado (e aqui prefiro abertamente o termo plural de Maria de Lourdes Pintasilgo) - o feminismo das universidades dilatando cada vez mais o campo dos estudos sobre as mulheres e estudos sobre género, que abrangem a quase totalidade das ciências, criticadas por vezes nos seus próprios fundamentos, da biologia à história, e que tem realizado um volume de trabalho incomensurável em todo o mundo, trabalhos que têm servido de base para muitas modificações sociais.

- o feminismo das mulheres árabes, heróicas na sua afirmação e existência, que têm sido assassinadas como na Argélia, onde o fundamentalismo já assassinou mais de 30 mulheres, ou no Irão onde são presas e mortas apedrejadas se não corresponderem à ideia religiosa de contenção e modéstia.

- o feminismo das fortes mulheres da América Latina, o feminismo do desenvolvimento, com o seu trabalho abnegado na educação em várias áreas das mulheres mais empobrecidas, com a denúncia das esterilizações e contracepções forçadas, levando a que todo o mundo fale hoje de direitos reprodutivos, o sim e o não do direito individual de escolha.

- o feminismo das mulheres da Índia, vítimas de infanticídio à nascença, assassinadas por questões de dote, abortadas antes de nascer por serem do sexo feminino (só em Bombaim em 80 000 abortos 95% eram do sexo feminino)

Mas não só nestes países. Nos países Ocidentais, nos países mais ricos do mundo, as mulheres continuam a ser as mais pobres. E luta-se pelo emprego, pela carreira. A discriminação aparece agora como uma discriminação múltipla: discriminação de género, sim, mas também étnica, de nacionalidade, as mulheres portadoras de deficiência, mulheres de diversas confissões religiosas, mulheres mais velhas, mulheres com diferentes orientações sexuais, e parece não ter a discriminação de quem é diferente, desviada do padrão.

O feminismo denuncia desde há mais de 100 anos a violência contra as mulheres: finalmente em 1993 em sede do Comité dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, e também na Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas a violência contra as mulheres é declarada como uma violação dos direitos humanos que nem a religião nem a cultura podem continuar a justificar.

O feminismo desde sempre que diz ser a humanidade composta por homens e mulheres, sendo que o poder se tem mantido masculino. Neste sentido as mulheres são um grupo social oprimido. Por isso só as mulheres podem terminar mais esta opressão.

Luta-se hoje pelas mulheres no poder político, nos lugares de tomada de decisão por ser necessário usufruir de poder para mudar o que está em desequilíbrio, ou tão só porque as mulheres existem e têm o direito de lá estar. Com os homens, em paridade. A democracia paritária parte desta assunção.

Claro que o conceito de democracia paritária também tem causado grande celeuma - e não me refiro ao problema de quotas, mas a questões entre os vários feminismos, que, como anteriormente, debatem se é de realçar entre mulheres e os homens as igualdades ou as diferenças.

Porque se reivindica a igualdade para se afirmar a diferença, seja ela qual for, que ninguém sabe muito bem qual é.

Diz-se hoje que nunca as mulheres tiveram tanto poder - é possível. Não têm metade do poder, nem que se pareça. Nem poder económico, nem político, nem militar.

Mas mesmo assim, as mudanças já existentes não podiam deixar de causar anticorpos. A reacção não se fez esperar. Todos conhecemos o pós-feminismo. Pelo menos nas letras dos jornais, porque em todo o mundo, com novas formas e um pensamento renovado os feminismos continuam a existir.

Há quem diga que a partir do momento que existem leis igualitárias o feminismo não tem razão de existir. Mas o feminismo nunca foi só uma questão legal. Os feminismos têm acompanhado a história, e têm sido aquilo que a cada momento as mulheres e alguns homens feministas consideraram que ser preciso.

Para além da reflexão teórica, têm denotado um acentuado sentido prático e uma grande flexibilidade - o que se diz ser uma característica feminina.

Mas continua a existir porque a razão da sua existência se mantém - a humanidade é composta por mulheres e homens que continuam a deter um poder profundamente desigual,

independentemente do trabalho e das capacidades que possuem.

13 de Maio de 2006

Madalena Barbosa